

Holy Empreendimentos e Participações S.A.					
CNPJ nº 01.429.122/0001-60					
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 01 DE JANEIRO DE 2024 A 31 DE OUTUBRO DE 2025					
BALANÇO ENCERRADO EM 31/10/2025					
Descrição	Saldo Atual	Saldo Anterior	Descrição	Saldo Atual	Saldo Anterior
31/10/2025	31/12/2024				
<b>ATIVO</b>	<b>28.403.307,26d</b>	<b>11.023.000,69d</b>	MLM Empreendimentos Investim. e Particip. Ltda	275.000,00d	183.334,00d
Ativo circulante	3.997.906,02d	3.830.270,58d	Santa Rita Empreend. Invest. e Participações Ltda	5.000,00d	3.334,00d
Disponível	885.525,11d	948.459,67d	São Cristóvão Comercial Exp. Ind. e Com Ltda	100.000,00d	100.000,00d
Caixa	884.780,57d	908.291,79d	Serra Dourada Empreend. e Participações Ltda	61.875,00d	61.875,00d
Caixa geral	884.780,57d	908.291,79d	Sociedade de Ensino Nova Serrana Ltda	0,00	450.000,00d
Bancos conta movimento	741,35d	0,00	Tangran Empreendimentos e Participações Ltda	260.000,00d	260.000,00d
Caixa econômica federal	741,35d	0,00	JM & M Empreendimentos e Participações Ltda	0,00	2.000,00d
Aplicações financeiras liquidez imediata	3,19d	40.167,88d	Espirito Santo Empreend. e Participações Ltda	139.500,00d	93.000,00d
Poupança e ou aplicação na caixa econômica federal		3,19d	4M Holding de Participações S.A.	5.000,00d	5.000,00d
Outros créditos	234.380,91d	3.810,91d	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>17.296.727,20d</b>	<b>0,00</b>
Adiantamentos a fornecedores	0,00	3.500,00d	Santa Rita Empreendimentos Inv. e Participações	6.333.545,67d	0,00
Adiantamentos a fornecedores	0,00	3.500,00d	Tangran Empreendimentos e Participações Ltda.	1.017.966,80d	0,00
Tributos a recuperar/compensar	310,91d	310,91d	Metta Empreendimentos e Participações S.A.	9.150.759,99d	0,00
Tributos pagos a maior ou indevidamente	310,91d	310,91d	São Cristóvão Comercial Exportadora Ind e Com	794.454,74d	0,00
Adiantamento para distribuição de lucros	234.070,00d	0,00	<b>PASSIVO</b>	<b>28.403.307,26c</b>	<b>11.023.000,69c</b>
Jaime Martins do Espírito Santo Filho	3.080,00c	0,00	Passivo circulante	716.858,86c	726.867,28c
Jaime Martins do Espírito Santo Neto	237.150,00d	0,00	Empréstimos e financiamentos	70.000,00c	70.000,00c
Estoque	2.878.000,00d	2.878.000,00d	Empréstimos	70.000,00c	70.000,00c
Estoque de loteamentos / imóveis	2.878.000,00d	2.878.000,00d	Tangran Empreend e Participações Ltda	70.000,00c	70.000,00c
Lotes diversos	2.878.000,00d	2.878.000,00d	Fornecedores	300,00c	0,00
Ativo não-circulante	4.435.399,04d	4.337.187,11d	Fornecedores	300,00c	0,00
Ativo realizável a longo prazo	2.335.657,42d	2.203.347,08d	Serconta Serviços Contábeis Ltda	300,00c	0,00
Outros créditos	132.310,34d	0,00	Obrigações tributárias	785,45c	11.393,87c
Bloqueio judicial	132.310,34d	0,00	Impostos e contribuições a recolher	785,45c	11.393,87c
Contratos de mutuo	315.847,08d	315.847,08d	Imposto de renda a recolher	0,00	6.798,18c
Assessoria de Siderúrgicas e Metalúrgicas Eirele	94.000,00d	94.000,00d	Contribuição social a recolher	0,00	4.078,91c
Siderbras Siderúrgica Brasileira	175.000,00d	175.000,00d	Pis a recolher	140,11c	92,18c
Minas Mining Mineração e Comercio Ltda	23.200,00d	23.200,00d	Cofins a recolher	645,34c	424,60c
Empreendimentos Serra Verde SPE Ltda	0,00	21.808,92d	Outras obrigações	408.091,20c	408.091,20c
São Cristóvão Coml Exp Ind Com Ltda	1.838,16d	1.838,16d	Contas a pagar	408.091,20c	408.091,20c
4M Holding de Participações S.A	21.808,92d	0,00	Contas a pagar – Serra Dourada Lotes	237.682,21c	237.382,21c
<b>Sócios, administradores e pessoas ligada</b>	<b>1.887.500,00d</b>	<b>1.887.500,00d</b>	<b>Dividendos, part. e juro sobre o capital</b>	<b>237.682,21c</b>	<b>237.382,21c</b>
Serra Dourada Empreendimentos e Particip. Ltda.	1.887.500,00d	1.887.500,00d	<b>Lucros e dividendos</b>	<b>237.682,21c</b>	<b>237.382,21c</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>2.099.741,62d</b>	<b>2.133.840,03d</b>	Allefe Bruce de Oliveira Martins	234.482,21c	234.482,21c
Imóveis	2.118.210,14d	2.125.210,14d	Jaime Martins do Espírito Santo Filho	300,00c	0,00
Edificações / imóveis	2.118.210,14d	2.125.210,14d	Ana Carolina da Cunha Martins	2.900,00c	2.900,00c
Móveis e utensílios	96.489,33d	96.489,33d	<b>Passivo não-circulante</b>	<b>2.678.181,77c</b>	<b>2.656.372,85c</b>
Móveis e utensílios	96.489,33d	96.489,33d	Passivo exigível a longo prazo	2.678.181,77c	2.656.372,85c
Máquinas, equipamentos e ferramentas	2.022,52d	2.022,52d	Empréstimos e financiamentos	1.356.767,32c	1.334.958,40c
Máquinas e equipamentos	2.022,52d	2.022,52d	Allefe Bruce Oliveira Martins	150.000,00c	150.000,00c
Veículos/ aeronave	43.900,00d	66.120,49d	Metta Empreendimentos e Participações Ltda	956.767,32c	934.958,40c
Veículos	43.900,00d	66.120,49d	Harmony Empreendimentos e Participações Ltda	150.000,00c	150.000,00c
(-) Depreciações, amort. e exaus. acumul	160.880,37c	156.002,45c	João Alfredo da Silva	100.000,00c	100.000,00c
(-) Depreciações de móveis e utensílios	96.489,33c	96.487,73c	<b>Crédito cotista para subscrição de capital</b>	<b>1.321.414,45c</b>	<b>1.321.414,45c</b>
(-) Depreciações de máquinas, equip. Fer	1.381,70c	1.213,20c	Jaime Martins do Espírito Santo Filho	1.321.414,45c	1.321.414,45c
(-) Depreciações de veículos	63.009,34c	58.301,52c	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>25.008.266,63c</b>	<b>7.639.760,56c</b>
<b>Ativo permanente</b>	<b>19.970.002,20d</b>	<b>2.855.543,00d</b>	<b>Capital social</b>	<b>1.200.000,00c</b>	<b>1.200.000,00c</b>
Investimentos	19.970.002,20d	2.855.543,00d	<b>Capital subscrito</b>	<b>1.200.000,00c</b>	<b>1.200.000,00c</b>
Participações societárias	2.673.275,00d	2.855.543,00d	<b>Capital social</b>	<b>1.200.000,00c</b>	<b>1.200.000,00c</b>
Aporthe Participações Ltda	8.000,00d	8.000,00d	<b>Lucros ou prejuízos acumulados</b>	<b>23.808.266,63c</b>	<b>6.439.760,56c</b>
HZX Serviços de Apoio e Empresa Ltda	0,00	10.000,00d	<b>Lucros ou prejuízos acumulados</b>	<b>23.808.266,63c</b>	<b>6.439.760,56c</b>
Ilha dos Búfalos Incorporações Ltda	1.818.900,00d	1.679.000,00d	<b>Lucros acumulados</b>	<b>23.808.266,63c</b>	<b>6.543.039,21c</b>
			(-) Prejuízos acumulados	0,00	103.279,84d
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - 01 DE JANEIRO DE 2024 A 31 DE DEZEMBRO DE 2024					
Descrição	Saldo anterior	Saldo atual	Descrição	Saldo anterior	Saldo atual
Receita bruta	R\$ 38.583,715	R\$ 42.049,15	(-) Multa de trânsito	R\$ (3.324,42)	R\$ (0,00)
Aluguéis e arrendamentos	R\$ 38.583,76	R\$ 42.049,15	(-) Condomínios	R\$ (0,00)	R\$ (902,69)
(-) Deduções	R\$ (3.568,98)	R\$ (3.889,50)	(-) Despesas de doações	R\$ (0,00)	R\$ (1.376,00)
(-) Cofins	R\$ (2.932,35)	R\$ (3.195,73)	(-) Juros de mora	R\$ (2.821,37)	R\$ (1.009,48)
(-) Pis	R\$ (636,63)	R\$ (693,77)	(-) Juros e comissões bancárias	R\$ (1.397,35)	R\$ (684,20)
Receita líquida	R\$ 35.014,78	R\$ 38.159,65	Receitas financeiras	R\$ 273,68	R\$ 3.558,15
Lucro bruto	R\$ 35.014,78	R\$ 38.159,65	Juros de aplicações	R\$ 0,00	R\$ 3.541,76
(-) Despesas operacionais	R\$ (61.074,00)	R\$ (64.047,90)	Juros	R\$ 273,68	R\$ 16,39
(-) Despesas com vendas	R\$ (14.300,00)	R\$ (0,00)	Outras receitas operacionais	R\$ 941.523,00	R\$ 1.540.824,43
(-) Créditos vencidos e não liquidados	R\$ (14.300,00)	R\$ (0,00)	Dividendos e lucros recebidos	R\$ 941.523,00	R\$ 1.540.824,43
(-) Despesas administrativas	R\$ (46.774,00)	R\$ (64.047,90)	Resultado operacional	R\$ 915.737,46	R\$ 1.518.494,33
(-) Iptu	R\$ (2.757,88)	R\$ (13.962,17)	(-) Despesas não operacionais	R\$ (19.998,00)	R\$ (0,00)
(-) Itpva	R\$ (3.151,53)	R\$ (737,76)	(-) Baixas de investimentos permanentes	R\$ (19.998,00)	R\$ (0,00)
(-) Taxas diversas	R\$ (1.049,31)	R\$ (28.787,95)	Receitas não operacionais	R\$ (168.000,00)	R\$ 67.000,00
(-) Multas de mora	R\$ (641,28)	R\$ (104,69)	Ganho de capital venda imobilizado	R\$ (168.000,00)	R\$ 67.000,00
(-) Energia elétrica	R\$ (2.734,42)	R\$ (4.693,89)	Resultado antes do IRPJ e CSLL	R\$ 727.739,46	R\$ 1.585.494,33
(-) Cartório	R\$ (0,00)	R\$ (59,81)	(-) Provisões para IRPJ e CSLL	R\$ (528,43)	R\$ (10.877,09)
(-) Seguros	R\$ (0,00)	R\$ (1.969,40)	(-) CSLL	R\$ (198,16)	R\$ (4.078,91)
(-) Assistência contábil	R\$ (13.475,75)	R\$ (0,00)	(-) IRPJ	R\$ (330,27)	R\$ (6.798,18)
(-) Serviços prestados por terceiros	R\$ (3.741,95)	R\$ (3.800,38)	Lucro líquido do exercício	R\$ 727.211,03	R\$ 1.574.617,24
(-) Depreciações e amortizações	R\$ (11.678,74)	R\$ (5.959,48)			
DIRETORIA					
Jaime Martins do Espírito Santo Filho – Presidente   Diogo Andrade Vieira – Reg. CRC/MG nº MG-088.584/0-4					

EPR Participações S.A.	
CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70 - NIRE 3530060530-6	
Ata da Assembleia Geral Extraordinária	
1. <b>Data, Horário e Local:</b> 26 de dezembro de 2025, às 10h, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjunto 65, sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001 ("Companhia").	
2. <b>Convocação e Presença:</b> Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, em razão da presença de todos os acionistas representantes de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia (conforme definido abaixo), conforme assinaturas lançadas abaixo.	
3. <b>Composição da Mesa:</b> Presidente: José Carlos Cassaniga; e Secretário: Enio Stein Júnior.	
4. <b>Ordem do Dia:</b> Deliberar sobre: (i) a rerratificação da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada às 10h00, do dia 11 de dezembro de 2025 ("Aprovação Original"), que, entre outros, deliberou pela (a) aprovação da outorga e constituição de fiança, no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures da EPR Via Mineira S.A. (conforme definido na Aprovação Original) pela Companhia; (b) a outorga e constituição pela EPR Infraestrutura MG S.A. ("Controlada"), da Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido na Aprovação Original); e (c) a orientação sob voto a ser proferido, pela Companhia, no âmbito da assembleia geral extraordinária da Controlada (conforme definido na Aprovação Original), para: 1. <b>retificar</b> os itens 4 "(i)" e 5 "(iv)" da Aprovação Original; 2. ratificar todas as demais deliberações tomadas no âmbito da Aprovação Original; 3. ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria e/ou por procuradores da Companhia, direta ou indiretamente, relacionados aos itens acima; e (ii) conferir poderes à Diretoria e/ou procuradores da Companhia, para adotar todas as providências necessárias à realização dos atos deliberados pela Aprovação Original e por esta Assembleia.	
5. <b>Deliberações:</b> Após as oportunas discussões, os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: (i) A aprovação da rerratificação da Aprovação Original para: 1. retificar os itens 4 "(i)" e 5 "(iv)", que passarão a vigorar com as seguintes redações: "4. <b>Ordem do Dia:</b> (i) nos termos do artigo 10, "xii", do Estatuto Social da Companhia, a outorga e constituição, pela Companhia, da Fiança (conforme abaixo definido) em garantia da totalidade das obrigações, principais e acessórias, assumidas pela EPR Via Mineira S.A. ("Emissora"), no âmbito da 1ª (primeira) emissão, pela Emissora, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 3 (três) séries, no montante total de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), na data de emissão das Debêntures ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, sob o rito de registro automático, nos termos do artigo 26, inciso V, alínea (a), da Resolução nº 160 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), e nos termos e condições a dispostos no Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da EPR Via Mineira S.A., conforme aditado, celebrado entre a Emissora, a Companhia, na qualidade de fiadora, e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas", "Agente Fiduciário" e "Escritura de Emissão", respectivamente), conforme apresentados aos acionistas;" "5. <b>Deliberações:</b> (...) (iv) Autorizar a diretoria da Companhia, bem como seus procuradores, a praticarem todos e quaisquer atos necessários para a negociação dos termos e condições e efetivação da outorga e constituição da Fiança, bem como a adotar todas e quaisquer medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata, incluindo, mas não se limitando a negociar e celebrar todos os documentos relativos às Debêntures, à Oferta e da Fiança, incluindo, mas não se limitando, à Escritura de Emissão e ao "Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 3 (Três) Séries, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão da EPR Via Mineira S.A.", celebrado com as instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratados para coordenar e intermediar a Oferta (conforme aditado, "Contrato de Distribuição" e "Coordenadores"), bem como eventuais aditamentos." 2. ratificar todas as demais deliberações tomadas no âmbito da Aprovação Original; 3. ratificar todos os atos já praticados pela diretoria e/ou por procuradores da Companhia, direta ou indiretamente, relacionados aos itens acima; e (ii) ratificar a delegação de poderes à Diretoria e/ou procuradores da Companhia, a qual ficam autorizados a adotar todas as providências necessárias à realização dos atos deliberados pela Aprovação Original e por esta Assembleia.	
6. <b>Encerramento:</b> Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das S.A.	
7. <b>Assinaturas:</b> Mesa: Presidente: José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior. <b>Acionistas:</b> Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. (por: Danilo Dias Garcez de Castro Doria e Luiz Felipe Setten Fustaino), Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (por: Perfin Infra Administração de Recursos Ltda., que, por sua vez, é representada por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas)]. A presente ata foi lavrada em 1 (uma) via digital, em livro próprio, tendo-se dela extraído cópias enviadas ao registro de comércio. São Paulo, 26 de dezembro de 2025. JUCESP nº 010.340/26-9 em 23/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.	

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



## Saknor Brasil Participações S.A.

CNPJ/MF nº 13.165.438/0001-71 - NIRE 3530038957-3

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de abril de 2025

(em sumário - artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76)

1. **Local, horário e data:** Aos dez dias do mês de abril de 2025, às 9h, na sede social da Companhia na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2.300 - Andar Pilotis - Cerqueira César - CEP: 01310-300.

2. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do respectivo Livro de Registro de Presença dos Acionistas, ficando dispensada a publicação do Edital de Convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76.

3. **Mesa:** Presidente e Secretário: Sr. Leandro Zanardo Forlevize.

4. **Ordem do dia:** Apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: a) Alteração do endereço da sede e foro da Companhia; e b) Consolidação do Estatuto Social.

5. **Deliberações:** Posto em discussão os itens da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade, aprovaram:

5.1- A alteração da sede e foro da Companhia para a cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo na Rua Eugênio Rabello, 98, Jardim Embaixador, 18040-436.

5.2 - Os acionistas presentes, aprovam ainda, a Consolidação do Estatuto Social da Companhia, item "b" da Ordem do Dia, a fim de abrigar as alterações aprovadas nesta Assembleia, o qual segue na forma do Anexo 1.

5.3 - Os acionistas, neste ato, autorizam a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à implementação das matérias aprovadas.

6. **Esclarecimentos:** Os acionistas reconhecem que as deliberações ocorridas na presente assembleia geral, e seus efeitos, sejam perante a Companhia, os acionistas ou terceiros, foram tomadas a partir de informações disponíveis até a presente data, no melhor interesse da Companhia, buscando atender à suas condições e necessidades de ordem operacional e financeira.

7. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. São Paulo, 10 de abril de 2025.

**Acionistas Presentes:** Saknor Participations and Ventures LLC, Leandro Zanardo Forlevize. JUCESP nº 124.024/25-7 em 29/04/2025. Aloizio E. Soares Júnior - Secretário Geral em Exercício.

**ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º** - A Saknor Brasil Participações S.A. ("Companhia") é uma Sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhes forem aplicáveis.

**Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo na Rua Eugênio Rabello, 98, Jardim Embaixador, 18040-436, e foro na mesma Comarca, Estado de São Paulo, podendo abrir e encerrar filiais, sucursais, escritórios e outros estabelecimentos em todo território nacional, mediante deliberação da Diretoria.

**Artigo 3º** - O objeto social é a (i) a compra, venda e administração de bens móveis e imóveis, por conta própria ou de terceiros, (ii) a participação em outras sociedades, empreendimentos ou outras entidades, sediadas no Brasil ou no exterior, na qualidade de sócia ou acionista.

**Artigo 4º** - O tempo de duração da Companhia é indeterminado.

**Capítulo II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito, é de R\$ 500,00 (quinhentos reais), dividido em 500 (quinhentas) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

**Parágrafo Único** - A ação é indivisível perante a Companhia e a cada ação ordinária nominativa corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais.

**Capítulo III - Assembleia Geral. Artigo 6º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos dias 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade.

**Parágrafo 1º** - As Assembleias Gerais, antes de serem iniciados os trabalhos, elegerão o Presidente da Mesa, que designará o Secretário da Mesa, acionista ou não.

**Parágrafo 2º** - A Assembleia Geral reunir-se-á na sede social: (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para: (a) deliberar sobre as contas e demonstrações financeiras do exercício findo, relatório dos administradores e parecer do Conselho Fiscal, se o órgão estiver em funcionamento; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (c) eleger e destituir os administradores e fixar a sua remuneração global; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, convocada com observância dos preceitos legais: a) por qualquer dos Diretores, com a indicação da ordem do dia; b) pelo Conselho Fiscal, desde que instalado, ou pelos acionistas, nos casos previstos em lei.

**Parágrafo 3º** - A Assembleia Geral será convocada com observância do disposto nos artigos 123 e 124 da Lei nº 6.404/76.

**Parágrafo 4º** - A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer dos Diretores, por qualquer dos acionistas ou por advogado representante de acionista(s), que convidará algum dentre os presentes, acionista ou não, para secretariar os trabalhos.

**Parágrafo 5º** - As deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvados os atos enumerados no artigo 136 da Lei 6.404/76, que exigem aprovação por *quorum* qualificado, que deverão, ainda, observar as formalidades para eficácia das deliberações estabelecidas no referido artigo.

**Parágrafo 6º** - As deliberações a respeito das matérias abaixo relacionadas somente serão aprovadas mediante o voto favorável da totalidade das ações com direito a voto da Companhia: (a) alteração do estatuto social da Companhia; (b) aumento ou redução do capital social; (c) alienação de ativos da Companhia; (d) deliberação de qualquer matéria que venha a ser submetida à Assembleia, por Diretores ou por Diretor da Companhia, em decorrência de dissensão nas reuniões da Diretoria; (e) pedido voluntário de falência ou concordata; (f) conversão de ações de uma classe em ações de outra classe; (g) cisão, fusão, incorporação e transformação da Companhia ou qualquer outra forma de reestruturação societária envolvendo a Companhia, seus ativos ou as ações por ela emitidas; (h) incorporação e/ou aquisição, pela Companhia, de outra sociedade ou de parcela do patrimônio de outra sociedade; (i) alteração das políticas de dividendos da Companhia e a distribuição de dividendos; (j) dissolução ou liquidação ou cessação do estado de liquidação da Companhia; (l) criação de classe mais favorecida ou aumento de classes existentes, sem guardar proporções com as demais espécies e classes; (m) abertura ou fechamento do capital social; (n) participação em grupo de sociedades ou em consórcios; (o) emissão de quaisquer títulos ou valores mobiliários estranhos ao capital social pela Companhia (inclusive debêntures conversíveis ou não em ações e bônus de subscrição), bem como a outorga de bonificações ou opção de compra de ações, para administradores, empregados ou terceiros, a atribuição a terceiros (inclusive a administradores e empregados) de participação nos lucros ou no resultado da Companhia; (p) fixação ou alteração da remuneração dos administradores; (q) destituição de diretores da Companhia; (r) celebração, contratação e/ou solicitação de empréstimos, mútuos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial e similares; (s) concessão de garantias reais ou fidejussórias de qualquer espécie, e/ou a aquisição, alienação ou oneração de bens ou direitos da Sociedade, do ativo permanente.

**Parágrafo 7º** - Somente poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro próprio.

**Parágrafo 8º** - Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por mandatário, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou representante legal do acionista, administrador da Companhia, advogado o procurador legalmente constituído.

**Capítulo IV - Administração. Artigo 7º** - A Administração da Companhia será exercida por uma Diretoria, composta por 1 (um) Diretor Presidente, podendo ser acionistas ou não, residente no país, eleito pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Vencido o mandato, o Diretor continuará no exercício de seu cargo, até a posse do novo eleito, exceto em casos de renúncia ou destituição.

**Parágrafo primeiro.** - O Diretor será investido no seu cargo mediante termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reunião de Diretoria, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua eleição.

**Parágrafo segundo** - A remuneração do Diretor será estabelecida de acordo com o que for determinado pela Assembleia Geral nos termos da legislação aplicável.

**Parágrafo terceiro** - Dependerá da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros.

**Artigo 8º** - No caso de impedimento ocasional de um Diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse



CCBB 57 Participações S.A.

CNPJ nº 62.748.414/0001-50 – NIRE 35300675371

**Ata da Assembleia Geral de Constituição da Sociedade por Ações**

Em 05 de agosto de 2025, às 11:00 horas, na Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 22, sala 04, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04511-011, os abaixo-assinados e adiante nomeados reuniram-se em assembleia, tendo assumido a presidência dos trabalhos o Sr. **Cristiano Carvalho de Oliveira** e, como secretário, o Sr. **Bruno Santana Barros**. Declarando instalada a assembleia, o Sr. Presidente enfatizou que a reunião tinha por finalidade a constituição de uma sociedade por ações, a ser denominada “**CCBB 57 Participações S.A.**”, com capital social de R\$ 1.000,00 (mil reais), tendo sido constatada a integralização em dinheiro no montante de R\$ 100,00 (cem reais), equivalentes a 10% (dez por cento), depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A., nos termos dos artigos 80, III, e 81, da Lei 6.404/76, conforme **Boletim de Subscrição** que constitui o **Anexo I**. Na sequência, o Sr. Presidente entregou aos subscritores um exemplar da proposta do **Estatuto Social**, elaborado em conformidade com a Lei 6.404/76, a fim de ser discutido e votado, o qual foi aprovado por unanimidade, cuja redação final constitui o **Anexo II**. Foi eleito para integrar a Diretoria da Companhia o Sr. **Cristiano Carvalho de Oliveira**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 44.214.264 SSP/SP, inscrito no CPF nº 342.435.678-67, com endereço na Rua Nelson Brissac, nº 611, Parque Regina, São Paulo/SP, CEP 05773-110, para um mandato inicial de 3 (três) anos, renovável e prorrogável automaticamente por iguais e sucessivos períodos. O Diretor eleito declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer as atividades mercantis, bem como não está condenado por crime algum cuja pena vede o exercício da administração da empresa, conforme o artigo 147, I, da Lei 6.404/76. Ato contínuo, o diretor eleito toma posse mediante assinatura do respectivo **Termo de Posse** que constitui o **Anexo III**. Em razão disto, o Sr. Presidente proclamou a constituição definitiva da sociedade por ações denominada “ **CCBB 57 Participações S.A.** “. Nada mais havendo a tratar, e não havendo qualquer outra manifestação dos presentes, o Sr. Presidente declarou encerrada a assembleia da qual se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada foi assinada por todos os subscritores presentes, que representam a totalidade do Capital Social subscrito, ficando um exemplar em poder da Companhia, e destinando-se o outro exemplar às finalidades legais. Confere com o original lavrado em livro próprio. São Paulo/SP, 05 de agosto de 2025. Diretor Eleito: **Cristiano Carvalho de Oliveira**, Visto da Advogada: **Juliana Costa Magalhães**, OAB/SP nº 308.282. JUCESP/ NIRE nº 35300675371 em 16/09/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

**ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Duração e Objeto. Artigo 1º:** A Companhia gira sob a denominação social de “**CCBB 57 Participações S.A.**” e tem sede e foro à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 22, sala 04, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011, São Paulo/SP. § Único: Essa denominação social poderá ser mantida em caso de falecimento de qualquer dos acionistas fundadores. **Artigo 2º:** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 3º:** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, podendo exercer ou não funções de gestão e administração dos negócios. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 4º:** O Capital Social da Companhia, a ser integralizado em moeda nacional, é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. § 1º. A responsabilidade dos acionistas fica limitada ao valor total das ações subscritas ou adquiridas. § 2º. Nas deliberações da Companhia caberá a cada ação ordinária o direito a um voto. § 3º. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os acionistas fundadores, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **Artigo 5º:** As ações constitutivas do Capital Social serão emitidas com observância da legislação pertinente. **Artigo 6º:** A Companhia poderá emitir ações preferenciais, as quais não terão direito de voto, consistindo sua preferência no recebimento de dividendos de 8% (oito por cento) dos lucros auferidos no exercício, ou outro percentual definido em Assembleia Geral. **Capítulo III - Da Administração da Sociedade. Artigo 7º:** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 1 (um) diretor, cabendo a todos, em conjunto ou isoladamente, à administração geral da Companhia e sua representação jurídica, em juízo ou fora dele, para um mandato inicial de 3 (três) anos, renovável e prorrogável automaticamente por iguais e sucessivos períodos. § 1º. Fica facultado à Diretoria, em conjunto ou isoladamente, constituir procuradores que poderão representar a Companhia, nos limites constantes do mandato. § 2º. É defeso a qualquer diretor usar a denominação social em negócios estranhos à Companhia, especialmente em atos de mera liberalidade em favor de terceiros. **Capítulo IV - Da Assembleia Geral. Artigo 8º:** A Assembleia Geral será convocada e instalada de conformidade com as normas legais, devendo reunir-se, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a sua realização, com prazo de convocação mínimo de 30 (trinta) dias, através de instrumento escrito ou meio eletrônico. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal. Artigo 9º:** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º. Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos. **Capítulo VI - Do Exercício Social e das Demonstrações Financeiras. Artigo 10º:** O exercício social coincidirá, sempre, com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro, quando, anualmente, serão levantados o balanço geral e as demais demonstrações financeiras do exercício, observadas as disposições da Lei 6.404/76. § Único: Poderá a Companhia, por deliberação da diretoria, levantar balanços intermediários e, com base nos resultados, convocar a assembleia geral para deliberar sobre a distribuição de dividendos, observadas as disposições legais e estatutárias. **Capítulo VII - Do Resultado, Reservas e Dividendos. Artigo 11º:** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. **Artigo 12º:** Do Lucro Líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão destinados à constituição da reserva legal; 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos, e o restante, colocado à disposição da assembleia geral, para deliberação. **Capítulo VIII - Da Liquidação da Companhia. Artigo 13º:** A Companhia dissolver-se-á, liquidar-se-á ou extinguir-se-á nos casos legais, ou por determinação da assembleia geral que, nessa hipótese, estabelecerá a forma de liquidação, nomeando o liquidante, fixando-lhe a remuneração. **Artigo 14º:** A assembleia geral elegerá o Conselho Fiscal para o período de liquidação, se assim desejarem os acionistas. São Paulo/SP, 05 de agosto de 2025.

CCBB 58 Participações S.A.

CNPJ nº 62.726.718/0001-17 – NIRE 35300675355

**Ata da Assembleia Geral de Constituição da Sociedade por Ações**

Em 08 de agosto de 2025, às 11:30 horas, na Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 22, sala 05, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04511-011, os abaixo-assinados e adiante nomeados reuniram-se em assembleia, tendo assumido a presidência dos trabalhos o Sr. **Cristiano Carvalho de Oliveira** e, como secretário, o Sr. **Bruno Santana Barros**. Declarando instalada a assembleia, o Sr. Presidente enfatizou que a reunião tinha por finalidade a constituição de uma sociedade por ações, a ser denominada “**CCBB 58 Participações S.A.**”, com capital social de R\$ 1.000,00 (mil reais), tendo sido constatada a integralização em dinheiro no montante de R\$ 100,00 (cem reais), equivalentes a 10% (dez por cento), depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A., nos termos dos artigos 80, III, e 81, da Lei 6.404/76, conforme **Boletim de Subscrição** que constitui o **Anexo I**. Na sequência, o Sr. Presidente entregou aos subscritores um exemplar da proposta do **Estatuto Social**, elaborado em conformidade com a Lei 6.404/76, a fim de ser discutido e votado, o qual foi aprovado por unanimidade, cuja redação final constitui o **Anexo II**. Foi eleito para integrar a Diretoria da Companhia o Sr. **Cristiano Carvalho de Oliveira**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 44.214.264 SSP/SP, inscrito no CPF nº 342.435.678-67, com endereço na Rua Nelson Brissac, nº 611, Parque Regina, São Paulo/SP, CEP 05773-110, para um mandato inicial de 3 (três) anos, renovável e prorrogável automaticamente por iguais e sucessivos períodos. O Diretor eleito declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer as atividades mercantis, bem como não está condenado por crime algum cuja pena vede o exercício da administração da empresa, conforme o artigo 147, I, da Lei 6.404/76. Ato contínuo, o diretor eleito toma posse mediante assinatura do respectivo **Termo de Posse** que constitui o **Anexo III**. Em razão disto, o Sr. Presidente proclamou a constituição definitiva da sociedade por ações denominada “ **CCBB 58 Participações S.A.** “. Nada mais havendo a tratar, e não havendo qualquer outra manifestação dos presentes, o Sr. Presidente declarou encerrada a assembleia da qual se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada foi assinada por todos os subscritores presentes, que representam a totalidade do Capital Social subscrito, ficando um exemplar em poder da Companhia, e destinando-se o outro exemplar às finalidades legais. Confere com o original lavrado em livro próprio. São Paulo/SP, 08 de agosto de 2025. **Cristiano Carvalho de Oliveira**, Presidente; **Bruno Santana Barros**, Secretário. Diretor Eleito: **Cristiano Carvalho de Oliveira**. Visto da Advogada: **Juliana Costa Magalhães** OAB/SP nº 308.282. JUCESP/NIRE nº 35300675355 em 15/09/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

**ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Duração e Objeto. Artigo 1º:** A Companhia gira sob a denominação social de “**CCBB 58 Participações S.A.**” e tem sede e foro à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 22, sala 05, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011, São Paulo/SP. § Único: Essa denominação social poderá ser mantida em caso de falecimento de qualquer dos acionistas fundadores. **Artigo 2º:** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 3º:** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, podendo exercer ou não funções de gestão e administração dos negócios. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 4º:** O Capital Social da Companhia, a ser integralizado em moeda nacional, é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. § 1º. A responsabilidade dos acionistas fica limitada ao valor total das ações subscritas ou adquiridas. § 2º. Nas deliberações da Companhia caberá a cada ação ordinária o direito a um voto. § 3º. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os acionistas fundadores, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **Artigo 5º:** As ações constitutivas do Capital Social serão emitidas com observância da legislação pertinente. **Artigo 6º:** A Companhia poderá emitir ações preferenciais, as quais não terão direito de voto, consistindo sua preferência no recebimento de dividendos de 8% (oito por cento) dos lucros auferidos no exercício, ou outro percentual definido em Assembleia Geral. **Capítulo III - Da Administração da Sociedade. Artigo 7º:** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 1 (um) diretor, cabendo a todos, em conjunto ou isoladamente, à administração geral da Companhia e sua representação jurídica, em juízo ou fora dele, para um mandato inicial de 3 (três) anos, renovável e prorrogável automaticamente por iguais e sucessivos períodos. § 1º. Fica facultado à Diretoria, em conjunto ou isoladamente, constituir procuradores que poderão representar a Companhia, nos limites constantes do mandato. § 2º. É defeso a qualquer diretor usar a denominação social em negócios estranhos à Companhia, especialmente em atos de mera liberalidade em favor de terceiros. **Capítulo IV - Da Assembleia Geral. Artigo 8º:** A Assembleia Geral será convocada e instalada de conformidade com as normas legais, devendo reunir-se, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a sua realização, com prazo de convocação mínimo de 30 (trinta) dias, através de instrumento escrito ou meio eletrônico. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal. Artigo 9º:** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º. Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos. **Capítulo VI - Do Exercício Social e das Demonstrações Financeiras. Artigo 10º:** O exercício social coincidirá, sempre, com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro, quando, anualmente, serão levantados o balanço geral e as demais demonstrações financeiras do exercício, observadas as disposições da Lei 6.404/76. § Único: Poderá a Companhia, por deliberação da diretoria, levantar balanços intermediários e, com base nos resultados, convocar a assembleia geral para deliberar sobre a distribuição de dividendos, observadas as disposições legais e estatutárias. **Capítulo VII - Do Resultado, Reservas e Dividendos. Artigo 11º:** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. **Artigo 12º:** Do Lucro Líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão destinados à constituição da reserva legal; 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos, e o restante, colocado à disposição da assembleia geral, para deliberação. **Capítulo VIII - Da Liquidação da Companhia. Artigo 13º:** A Companhia dissolver-se-á, liquidar-se-á ou extinguir-se-á nos casos legais, ou por determinação da assembleia geral que, nessa hipótese, estabelecerá a forma de liquidação, nomeando o liquidante, fixando-lhe a remuneração. **Artigo 14º:** A assembleia geral elegerá o Conselho Fiscal para o período de liquidação, se assim desejarem os acionistas. São Paulo/SP, 08 de agosto de 2025.

Nova Raposo Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 27.402.050/0001-51

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de dezembro de 2024**

**1. Data, Hora e Local:** No dia 02 de dezembro de 2024, às 15:00 horas, na sede da Nova Raposo Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 11º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença do acionista detentor da totalidade do capital social da Companhia, conforme facultado pelo §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”). **3. Mesa:** Presidente: Sr. José Ricardo Rezek; e Secretário: Sr. José Ricardo Lemos Rezek. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a destinação do saldo da reserva legal da Companhia para a absorção de prejuízos acumulados; (ii) a redução do capital social da Companhia por perdas irreparáveis; (iii) a redução do capital social da Companhia por se encontrar excessivo em relação ao objeto social; e (iv) caso aprovadas as matérias dos itens anteriores, a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após a avaliação das matérias constantes da Ordem do Dia, o único acionista da Companhia aprovou, sem quaisquer ressalvas e/ou restrições: **(i)** a destinação do saldo da reserva legal da Companhia, no montante de R\$398.095,46 (trezentos e noventa e oito mil, noventa e cinco reais e seis centavos), para absorção de parte dos prejuízos acumulados da Companhia, apurados no balancete levantado em 30 de setembro de 2024 (“Balancete”), nos termos do §2º do artigo 193 da lei das S.A.; **(ii)** a redução do capital social da Companhia, sem o cancelamento de ações, por perdas irreparáveis e, portanto, para absorção dos prejuízos acumulados remanescentes da Companhia, conforme apurados no Balancete, no montante de R\$75.038.959,00 (setenta e cinco milhões, trinta e oito mil, novecentos e cinquenta e nove reais), desconsiderados os centavos, passando o capital social de R\$306.561.373,00 (trezentos e seis milhões, quinhentos e sessenta e um mil, trezentos e setenta e três reais) para R\$ 231.522.414,00 (duzentos e trinta e um milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e quinze reais); **(iii)** a redução do capital social da Companhia, por se encontrar excessivo em relação ao objeto social, de R\$231.522.414,00 (duzentos e trinta e um milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e quinze reais) para R\$198.712.915,00 (cento e noventa e oito milhões, setecentos e doze mil, novecentos e quinze reais), totalizando, portanto, uma redução de R\$32.809.499,00 (trinta e dois milhões, oitocentos e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais), como cancelamento, após o decurso do prazo legal, de 32.809.499 (trinta e duas milhões, oitocentas e nove mil, quatrocentas e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 2.809.499 (duas milhões, oitocentas e nove mil, quatrocentas e noventa e nove) ações ainda não integralizadas, mediante a restituição ao acionista, em moeda corrente nacional, do valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Esta redução de capital social somente se tornará efetiva e o respectivo montante de capital apenas será restituído ao acionista após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias previstos no artigo 174 da Lei das S.A., que terá início na data de publicação da presente ata. Transcorrido o referido prazo sem qualquer oposição de credores, será o presente instrumento levado a registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, ficando a Diretoria plenamente autorizada a praticar todos os atos necessários a formalização e execução desta deliberação; **(iv)** em razão da deliberação acima, a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar conforme segue: “**Artigo 5º** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$198.712.915,00 (cento e noventa e oito milhões, setecentos e doze mil, novecentos e quinze reais), dividido em 273.751.874 (duzentas e setenta e três milhões, setecentas e cinquenta e uma mil, oitocentas e setenta e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.” **6. Encerramento:** O Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, não havendo, todavia, qualquer manifestação. Os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que tendo sido lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. São Paulo/SP, 02 de dezembro de 2024. Mesa: José Ricardo Rezek, Presidente; José Ricardo Lemos Rezek, Secretário. Acionista: José Ricardo Rezek. JUCESP nº 117.450/25-0 em 03/04/025. Aloizio E. Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Movecta S.A.

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

**Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam convocados os Srs. Acionistas desta Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 04 de fevereiro de 2026, às 10:00 horas em primeira convocação, na sede social da Companhia, na Rua Guararapes, nº 1909, 9º andar, Cidade Monções, São Paulo-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** tomar ciência da renúncia do Sr. José Flôrencio Rodrigues e do Sr. José Antônio Miguel Neto como membros do Conselho de Administração da Companhia; **2.** reeleger os demais membros do Conselho de Administração da Companhia; e **3.** outros assuntos de interesse social. São Paulo, 26 de janeiro de 2026. **Marilena Rodrigues Vasone – Presidente.** (27, 28 e 29/01/2026)

Expressu Comércio Importação e Exportação de Adesivos Ltda.

CNPJ/MF nº 34.593.813/0001-54 – NIRE 35.630.412.714

**Ata de Resoluções do Sócio realizada em 31 de julho de 2025**

**1. Data, Hora e Local:** 31/07/2025, às 9h:00, na sede social da Sociedade. **2. Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Dario Magem – presidente; e Fernando Cesar Marocci – secretário. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre: (i) o aumento de capital social da Sociedade, mediante a capitalização dos lucros acumulados; (ii) a incorporação da Sociedade pela **A&S Technologies Indústria e Comércio S.A.**, CNPJ/MF nº 26.658.111/0001-83 (“**A&S Technologies**”); (iii) a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação do patrimônio líquido da Sociedade para fins da Incorporação; (iv) a aprovação do laudo de avaliação elaborado pela empresa contratada, nos termos do item “iii”; (v) a dissolução da Sociedade em razão da Incorporação; e (vi) a autorização dos administradores da Sociedade para a prática de todos atos necessários à efetivação da Incorporação. **5. Deliberações:** O único sócio decidiu, sem ressalvas, o quanto segue: **5.1.** Aprovar o aumento do capital social da Sociedade **de R\$ 100.000,00 para R\$ 637.331,00**, sendo um aumento no valor total de R\$ 537.331,39, desconsiderado os centavos para fins da integralização, mediante a emissão de 537.331 novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada. **5.1.1.** As novas quotas são totalmente subscritas por Dario e integralizadas, neste ato, mediante a capitalização da reserva de lucros da Sociedade, no valor total de R\$ 537.331,39, desconsiderando os centavos para fins da integralização. **5.2.** Aprovar a operação de Incorporação da Sociedade, conforme as bases descritas no “Protocolo e Justificação da Incorporação da Expressu Comércio Importação e Exportação de Adesivos Ltda. pela A&S Technologies Indústria e Comércio S.A.”, celebrado em 31/07/2025, que estabelece os termos e condições aplicáveis à incorporação da totalidade do patrimônio líquido da Sociedade, a valor contábil, pela **A&S Technologies**, conforme o documento presente no **Anexo I** à presente ata. **5.2.1.** O único sócio consigna que, como consequência da Incorporação: **(i)** todas as quotas representativas do capital social da Sociedade serão canceladas e o sócio Dario Magem receberá ações de emissão da A&S Technologies; **(ii)** o patrimônio líquido da Sociedade será vertido e incorporado ao capital social da A&S Technologies, avaliado pelo valor contábil, composto pelos ativos e passivos descritos no Laudo de Avaliação anexo à presente ata como **Anexo II**; e **(iii)** a Sociedade será extinta, e sucedida pela A&S Technologies em todos os seus direitos e obrigações, sem qualquer solução de continuidade da Sociedade. **5.3.** Ratificar a contratação da **MCS Markup Auditores Independentes S/S Ltda.**, CRC/RJ nº 006917/0-3 e CNPJ/MF nº 23.854.307/0001-55 (“**Empresa de Avaliação**”), para avaliar o valor do patrimônio líquido da Sociedade, pelo valor contábil, com base no balanço patrimonial especial levantado em 31/03/2025 (“**Data-Base**”) mediante a emissão do laudo de avaliação (“**Laudo de Avaliação**”). **5.4.** Aprovar o Laudo de Avaliação, elaborado pela Empresa de Avaliação no qual há o detalhamento de todos os bens, direitos e obrigações da Sociedade, os quais serão vertidos à A&S Technologies em razão da Incorporação, elaborado na Data-Base. **5.5.** Em razão da Incorporação, a Sociedade será dissolvida e extinta, sendo a A&S Technologies a sua sucessora universal, na forma do artigo 1.118 do Código Civil, assumindo, sem qualquer solução de continuidade, todos os bens, direitos e obrigações da Sociedade, a título universal e para todos os fins de direito. **5.5.1.** Todas as operações da Sociedade, assim como os seus bens, direitos e obrigações, serão transferidos à A&S Technologies, sem qualquer interrupção ou descontinuidade. **5.6.** Autorizar os administradores da Sociedade e da A&S Technologies a adotarem todas as providências necessárias para formalizar a extinção da Sociedade e garantir o pleno cumprimento da Incorporação perante órgãos públicos, entidades privadas e terceiros interessados. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 31/07/2025. Mesa: **Dario Magem** – Presidente; **Fernando Cesar Marocci** – Secretário. **Sócio: Dario Magem.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 422.103/25-1 em 25/11/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/01/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal**

